

HABEAS CORPUS Nº 547.394 - SP (2019/0350985-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : ANDERSON LIMA DE SOUZA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ANDERSON LIMA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de revisão criminal, sem pedido liminar, impetrado, de próprio punho, por **ANDERSON LIMA DE SOUZA**, apontando como autoridade coatora o eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Consta dos autos que o ora paciente foi condenado, em primeira instância, por infração ao art. 157, § 3º, **in fine**, do Código Penal, às reprimendas de 20 (vinte) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e de 10 (dez) dias-multa, garantido o direito de recorrer em liberdade (fl. 36).

Inconformada, a il. Defesa interpôs apelação perante o eg. Tribunal de origem, o qual, à unanimidade, negou provimento ao recurso, conforme v. acórdão às fls. 38-49.

Ainda irresignada, interpôs recurso especial, o qual, embora admitido, teve o seu seguimento negado nesta Corte Superior (fl. 36), bem como ajuizou revisão criminal perante a eg. Corte estadual, pleito que foi indeferido liminarmente, e de forma monocrática, nos termos do r. decisão de fls. 50-54, assim definida por sua ementa:

"Revisão Criminal. Decisão monocrática do Relator. Condenação definitiva por latrocínio (art. 157, § 3º, segunda parte, do Código Penal). Pretendida absolvição por insuficiência de provas. Ausência de fundamentos para a propositura da ação (art. 621, do Código de Processo Penal). Impossibilidade absoluta do exame do pedido, por aqui. Revisão Criminal indeferida, liminarmente, nos termos do art. 168, § 3º, do RITJ."

No presente **writ**, o paciente-impetrante, em síntese, manifesta discordância com os termos de sua condenação, insistindo na revisão do processo e da pena aplicada.

Alega sofrer evidente constrangimento ilegal, em virtude de supostas arbitrariedades cometidas ao longo da ação penal e em razão de cerceamento de defesa, porquanto não foi intimido para ter ciência das decisões proferidas em seu desfavor pelas instâncias ordinárias.

Requer, ao final, a concessão da ordem para fazer cessar a coação ilegal que aduz sofrer e para que lhe seja oportunizado novo julgamento.

Não foi formulada pretensão liminar.

As informações foram prestadas às fls. 30-33 e 36-73.

Instada a se manifestar, a il. Defensoria Pública Estadual aduziu que (fls. 77-78 - grifei):

"O paciente protocolizou, de próprio punho, petição solicitando, ao que parece, a revisão por condenação sofrida na Ação Penal nº 0059184-06.2002.8.26.0554, da Terceira Vara Criminal da Comarca de Santo André, na qual foi condenado por infração ao art. 157, § 3º, in fine, do Código Penal, às reprimendas de 20 anos de reclusão, no regime inicial fechado.

Houve apelação, e o E. TJ/SP negou provimento ao reclamo.

O acórdão transitou em julgado.

Houve pedido de Revisão Criminal, porém arquivado e impetrado habeas corpus em favor do paciente (e-STJ, fls. 37).

Porém, o paciente ainda parece discordar da condenação e insiste na revisão do processo, da pena aplicada e da condenação sofrida. Situação, todavia, que parece exigir revolvimento fático-probatório, difícil de ser realizada pela via do habeas corpus.

Assim, no sentido de preservar os interesses do paciente, solicitamos a concessão da ordem de ofício conforme requerida na inicial, caso assim entenda V. Exa ou, subsidiariamente, que a presente petição seja encaminhada ao E. TJ/SP para, se possível, formação de novo expediente de revisão criminal em favor do mesmo, com oportuna abertura de vista à Defensoria Pública local para nova análise, e possível oferecimento de razões."

Por seu turno, o Ministério Público Federal manifestou-se, às fls. 89-91, pela **denegação** da ordem de **habeas corpus**, em parecer com a seguinte

ementa:

"HABEAS CORPUS. DIREITO PENAL. CARTA MANUSCRITA DO PACIENTE. PETIÇÃO DE DIFÍCIL COMPREENSÃO. INFORMAÇÕES DA ORIGEM QUE NOTICIAM REVISÃO CRIMINAL DE CRIME DE LATROCÍNIO INDEFIRIDA LIMINARMENTE NA ORIGEM. PELO NÃO CONHECIMENTO DO HABEAS CORPUS. CASO CONHECIDO, PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM OFICIANDO-SE, EM TODO CASO, À DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO."

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Tal posicionamento tem por objetivo preservar a utilidade e eficácia do **habeas corpus** como instrumento constitucional de relevante valor para proteção da liberdade da pessoa, quando ameaçada por ato ilegal ou abuso de poder, de forma a garantir a necessária celeridade no seu julgamento. No caso, incabível o presente **mandamus**, porquanto substitutivo de revisão criminal.

Em homenagem ao princípio da ampla defesa, contudo, necessário o exame da insurgência, a fim de se verificar eventual constrangimento ilegal passível de ser sanado pela concessão da ordem, de ofício.

Pois bem.

Não assiste razão ao impetrante.

A pretendida revisão dos fundamentos adotados pelo eg. Tribunal

de origem para manter a condenação do ora paciente por infração ao art. 157, § 3º, **in fine**, do Código Penal, às reprimendas de 20 (vinte) anos de reclusão, em regime inicial fechado, e de 10 (dez) dias-multa, demanda, como amplamente consabido, o **exame aprofundado de todo conjunto fático-probatório** dos autos de origem, de forma a desconstituir as conclusões das instâncias ordinárias, soberanas na análise dos fatos e provas, providência que se mostra, a toda evidência, inviável de ser realizada dentro dos estreitos limites do **habeas corpus**, que **não admite dilação probatória**.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes julgados desta Corte de Justiça:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. EXERCÍCIO IRREGULAR DA PROFISSÃO LAVADOR/GUARDADOR DE CARRO. INEXIGIBILIDADE DE CONHECIMENTOS TÉCNICOS PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE. ATIPICIDADE DA CONDUTA EVIDENCIADA. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado, o que não ocorre na espécie.

2. O habeas corpus não se presta para a apreciação de alegações que buscam a absolvição do paciente, em virtude da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inviável na via eleita, salvo se, como no caso, a atipicidade da conduta exsurja evidente.

[...]

*6. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para, com fulcro no art. 386, III, do Código de Processo Penal, absolver o paciente nos autos da Ação Penal n. 0002156-86.2015.8.19.0209" (HC 457.849/RJ, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe 11/10/2018).*

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES. CORRUPÇÃO DE MENORES. GRAVE AMEAÇA EXERCIDA

COM EMPREGO DE ARMA BRANCA. NOVATIO LEGIS IN MELLIUS. EXCLUSÃO DA MAJORANTE DE OFÍCIO. REDIMENSIONAMENTO DA PENA. ABSOLVIÇÃO PELO DELITO DE CORRUPÇÃO DE MENORES. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. CRIME FORMAL. SÚMULA N. 500 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. REGIME PRISIONAL FECHADO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. MAIOR REPROVABILIDADE NA CONDUTA. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. PENA-BASE FIXADA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DO REQUISITO DE ORDEM OBJETIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. O pedido de absolvição do delito previsto no art. 244-B da Lei n. 8.069/1990 não pode ser apreciado por esta Corte Superior de Justiça, por demandar o aprofundado reexame do conjunto fático-probatório, inviável na estreita via do habeas corpus.

[...]

7. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida, de ofício, para afastar a majorante prevista no art. 157, § 2º, inciso I, do Código Penal, redimensionando para 5 anos e 4 meses de reclusão a reprimenda fixada para o crime de roubo, mantidos os demais termos do acórdão impugnado" (HC 459.400/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Joel Ilan Pacionik, DJe 08/10/2018).

No caso, a pretensão de reexame das provas que lastrearam a condenação foi realizada, em sede de apelação e de revisão criminal, pelo eg. Colegiado de origem, o qual, em **cognição exauriente**, examinou os fatos e circunstâncias da prática do delito e decidiu por rejeitar, em duas oportunidades, as argumentações defensivas.

Para delimitar a **quaestio**, transcrevo, no ponto, excertos da r. decisão do eg. Tribunal **a quo** na **revisão criminal** indeferida, que assim dirimiu as questões arguidas pela defesa (fls. 51-54, grifei), **verbis**:

"Não se sustenta, sob nenhum aspecto, o presente pedido revisional, donde necessário o seu indeferimento, de plano.

Acolhe-se, nesses termos, a argumentação do Parecer elaborado pelo d. Procurador de Justiça oficiante nos autos.

Com efeito, não se vislumbra qualquer das hipóteses de seu cabimento, elencadas no rol taxativo do art. 621, do Código de Processo Penal, a saber: (i) sentença condenatória contrária ao texto expresso da lei penal ou à evidência dos autos; (ii) condenação fundada em depoimentos, exames ou documentos comprovadamente falsos; ou (iii) descoberta, após a sentença, de novas provas de inocência do condenado ou de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.

A responsabilização do agente é respaldada por provas robustas de materialidade e autoria, já avaliadas em duas instâncias.

Aquela se vê comprovada por (i) boletim de ocorrência, f. 6/7, (ii) relatório médico, f. 10, e (iii) laudo de exame necroscópico, f. 70/71, atestando que a vítima foi a óbito por hemorragia interna aguda traumática por ação de projétil de arma de fogo (instrumento perfuro- contundente), assim como por toda a prova oral coligida, que demonstra igualmente a autoria do peticionário.

Os autos apontam, inequivocamente, para a prática de latrocínio pelo peticionário, em concurso de pessoas com o corréu seu tio e um comparsa adolescente (Edson).

Isto porque, segundo o apurado, ao praticar assalto em face da vítima, entregador de pizza, para despojá-lo de motocicleta e telefone celular, o peticionário efetuou disparo de arma de fogo em sua direção, causando ferimentos que o levaram a óbito.

Segundo consta dos autos, a vítima foi atraída pelos algozes até o local dos fatos sob o pretexto de um pedido de pizza, feito pela testemunha Natália a partir de um telefone público, como pedido pelos agentes.

Estes, na sequência, em poder da 'res furtiva', deixam o local, sendo posteriormente avistados por testemunhas na posse da motocicleta da vítima.

Nesse sentido, os importantes relatos testemunhais de Edson e Michael em Polícia (f. 18/19 e 20), informando que viram o peticionário e o corréu em poder de uma motocicleta vermelha com baú de pizzaria, e que ouviram o próprio peticionário admitir ter sido ele o autor do roubo e do disparo efetuado contra a vítima.

Em sentido semelhante, são as declarações de Robson (f. 24 e 262), informando que foi abordado por um indivíduo montado naquela motocicleta vermelha, que lhe questionou sobre o paradeiro do peticionário; em Polícia, aliás, a testemunha havia dito ainda que chegou a levar o veículo até o peticionário.

De igual modo, as palavras de Márcio (f. 22 e 261), vizinho de Robson, explicando que, ao ser informado pelo adolescente Edson sobre a ocorrência do latrocínio e do fato de que Robson estava na posse da motocicleta, procurou-o para aconselhá-lo a se livrar de tal bem.

Cumpre destacar ainda a narrativa de Natália (f. 26 e 260), que explicou ter efetuado a ligação à pizzaria, a partir de um telefone público,

solicitando uma pizza e troco para R\$ 50,00, o que fez a pedido do peticionário e seus comparsas.

E acrescenta que, após tomar conhecimento dos fatos, notou que a vítima era entregador da pizzaria à qual fizera o pedido e que a morte ocorreu pouco após o momento do pedido, sendo que nunca mais viu o peticionário e o corréu.

Em igual sentido, a fala testemunhal do proprietário da pizzaria, acrescentando que o pedido foi feito a partir de um telefone público, por uma mulher que, a princípio, não queria se identificar e que apenas depois de muita insistência disse se chamar Mariana (f. 38 e 263).

De outro turno, a prova incriminatória, produzida em contraditório, como se viu, faz cair no vazio a versão exculpatória do acusado, que se limitou a negar genericamente os fatos, dizendo que não conhece as pessoas envolvidas neste processo, com a exceção do corréu Joseilto, que é seu tio (f. 150/151).

Diante de tal conjunto probatório, enfim, plenamente segura a condenação do agente pelo crime reconhecido.

As penas foram fixadas e mantidas no mínimo patamar legal, porque ausentes circunstâncias modificadoras, perfazendo 20 anos de reclusão, mais pagamento de 10 dias-multa, no piso.

Finalmente, quanto ao regime inicial, o fechado era o único compatível com o montante total de penas impostas, tendo em vista o disposto no art. 33, § 2º, “a”, do Cód. Penal.

Nesses moldes, nada há no pedido revisional ajuizado que justifique a revisão do decidido, vez que inexistente elemento ou prova nova apta a embasar as teses defensivas.”

Nessa perspectiva, se as instâncias ordinárias, diante da valoração plena das provas obtidas no curso da ação penal, entenderam, de forma fundamentada, que o paciente praticou o crime pelo qual foi condenado, afastando, minuciosamente, a tese defensiva de insuficiência probatória, o exame de tais alegações por esta Corte Superior de Justiça demandaria exame aprofundado do acervo fático-probatório, inviável, repita-se, na via eleita.

Diante de tais considerações, portanto, não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.

Ante o exposto, **não conheço** do presente **habeas corpus**.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator